

Na luta pela reforma Urbana



Militante do movimento comunitário durante anos, Raul Carrion foi duas vezes presidente do Conselho Deliberativo da UAMPA e membro da diretoria de diversas Associações de Moradores. Como vereador e deputado, destacou-se na luta pelo direito à moradia e pela Reforma Urbana. Além de inúmeras leis de sua autoria nessa área –

entre as quais destacamos a moratória dos pagamentos ao DEMHAB pelos desempregados; 30% de vagas para mulheres chefes de família nos projetos habitacionais; obrigatoriedade de uma área para a associação de moradores nos conjuntos habitacionais; fomento ao cooperativismo habitacional; e assistência técnica gratuita para a construção e reforma de moradias –, Carrion é membro dos Conselhos Nacional e Estadual das Cidades, desde sua criação, além de presidente da Secretaria Nacional das Cidades da UNALE (União Nacional de Legisladores e Legislativos Estaduais), sendo nacionalmente uma das principais autoridades na temática.

Pelos direitos Quilombolas e por políticas afirmativas para os negros



Na luta por políticas afirmativas para a comunidade negra – cotas em concursos públicos e vestibulares; defesa dos direitos dos quilombolas; contra a intolerância religiosa; por maior visibilidade para a enorme contribuição do povo negro na formação da nação brasileira; no resgate de figuras históricas como Zumbi dos Palmares, João Cândido e os Lanceiros Negros –, Carrion pautou seus mandatos no combate intransigente ao racismo e a

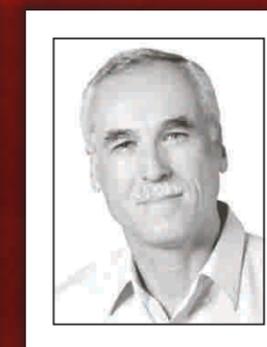
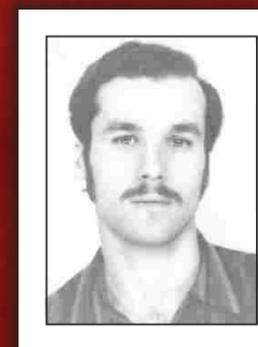
todo o tipo de discriminação. São de sua autoria o Estatuto Estadual da Igualdade Racial, a criação de cotas para negros nos concursos públicos do Estado, o dia de Controle da Anemia Falciforme, a Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural de origem Africana e afro-brasileira, o Largo Zumbi dos Palmares, as Semanas da Capoeira e do Hip-Hop, a Sessão Solene comemorativa à Semana da Consciência Negra na Câmara de Porto Alegre e o Prêmio Zumbi dos Palmares na Assembleia Legislativa, entre outros.

Pela demarcação de terras indígenas e por reparações a séculos de exclusão



Carrion tem na luta pelos direitos dos povos indígenas originários – em especial o direito a demarcação dos seus territórios tradicionais, a valorização da sua cultura e a garantia de políticas públicas – outro importante eixo de seu mandato. É o autor dos projetos de lei que asseguram a reserva de vagas para indígenas nos concursos públicos dos três poderes e cotas para indígenas no vestibular da UERGS (Universidade Estadual do RGS). Quando vereador de Porto Alegre, criou a lei que instituiu o Dia Municipal de Luta dos Povos indígenas, em homenagem a Sepé Tiarajú, que é celebrado no dia 7 de fevereiro.

RAUL CARRION



50 ANOS DE MILITÂNCIA POLÍTICA E REVOLUCIONÁRIA





Com a mãe e os irmãos e irmãs.



Com os pais, o irmão Francisco e as irmãs em 1968.



Com Elvira, Edson Silva, Ana Rocha, Maria Trindade e João Amazonas - Porto Alegre, 1982.



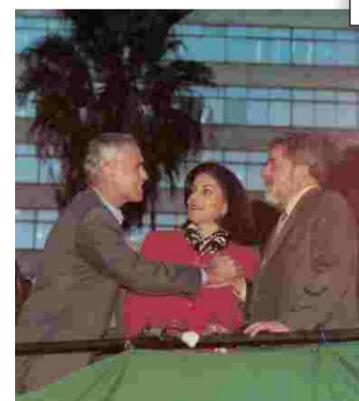
Na luta em defesa da Petrobras, contra as privatizações de FHC.



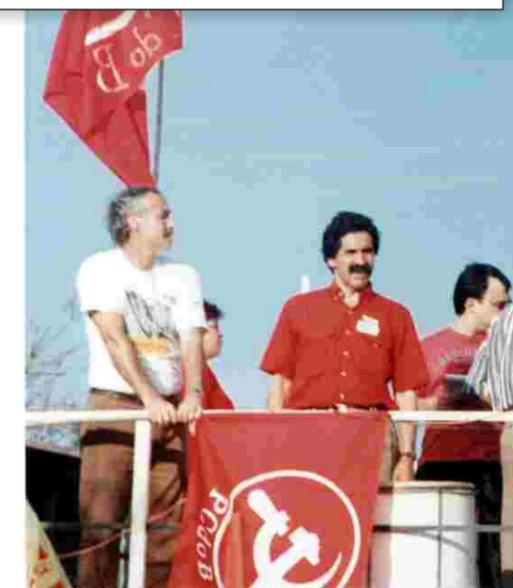
Com a mãe em Buenos Aires em 1973.



Com o irmão Francisco, Santiago do Chile em 1973.



No palanque da campanha de 2002 com Emília Fernandes e Lula.



No palanque da campanha "Lula Presidente" de 1989 com Olívio Dutra.



Com a irmã Vera em Buenos Aires, 1976.



No deserto de Atacama, no Chile em 1971.



Como deputado, na defesa dos movimentos sociais criminalizados pelo governo estadual em 2008.



Falando à Comissão Estadual da Verdade em 2013.

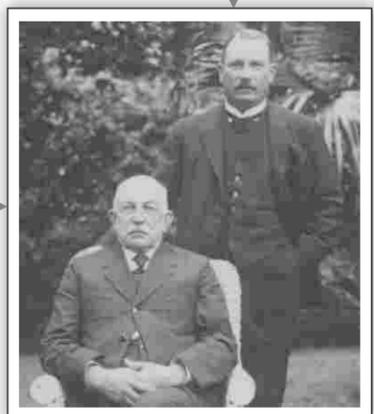
A família

Raul Carrion nasceu em 22 de dezembro de 1945, em Porto Alegre, numa família de forte atuação política e social. Seu pai Francisco Machado Carrion era advogado e Professor da Faculdade de Economia e da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), das quais foi Diretor. Sua mãe Erna Maria Kroeff



Carrion também era professor. Tanto seu pai como seu tio Cândido Machado Carrion foram suplentes de Deputado Estadual na Constituinte de 1947, tendo assumido por diversas vezes o mandato. Francisco Machado Carrion também foi Secretário de Educação do Porto Alegre e Presidente da Fundação Educacional Padre Landel de Moura (FEPLAM).

Seu bisavô materno Jacob Kroeff Filho foi Deputado Estadual pelo Partido Republicano, nas legislaturas de 1892/1896, 1897/1900 e 1921/1924, e seu avô materno Jacob Kroeff Neto elegeu-se



deputado Estadual, também pelo Partido Republicano, nas legislaturas de 1917/1920, 1921/1924 e 1925/1928, além de ter sido o primeiro Prefeito e um dos líderes da emancipação do município de Novo Hamburgo.

Seu irmão Francisco Machado Carrion Júnior – falecido em acidente de avião em 2001 – era Economista e Professor da Faculdade de Economia da UFRGS. Foi Deputado Estadual na legislatura 1983/1986 e Deputado Estadual Constituinte em 1986/1991. Na legislatura 1991/1994 foi Deputado Federal, ocasião em que assumiu a Secretaria de Administração e Planejamento do Rio Grande do Sul.



Com Carrion Jr na eleição municipal de 1985 em Porto Alegre

Seu irmão Eduardo K. M. Carrion é advogado, Cientista Político e Professor de Direito Constitucional, tendo sido Diretor da Faculdade de Direito da UFRGS. Sua irmã Otília Beatriz Kroeff Carrion é Economista e Professora universitária, tendo sido Diretora da Faculdade de Economia da UFRGS. Sua

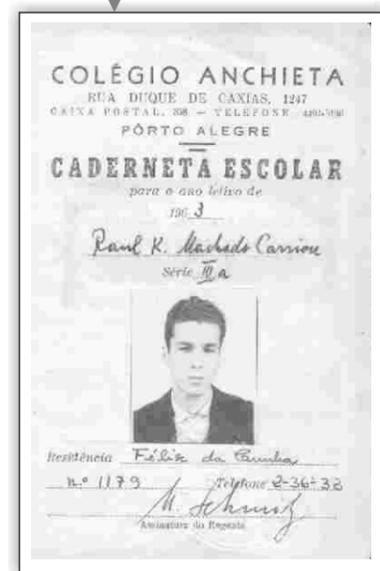


Com os pais e irmãos, em 1986

irmã Vera Maria K. Carrion é Engenheira Química, é funcionária concursada do Badesul e Vice-Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul. Seu primo Fernando Machado Carrion foi Prefeito de Passo Fundo e Deputado Federal na legislatura 1991/1994.

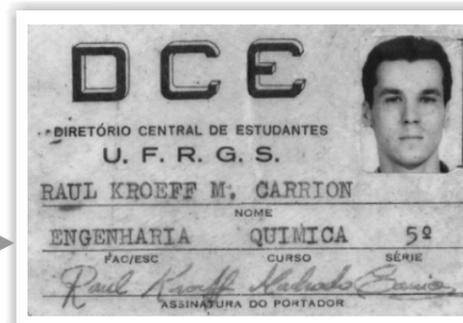
O ingresso na Ação Popular

Raul Carrion fez o ensino fundamental no Instituto Piratini, em Porto Alegre. A seguir, cursou o primeiro ano do científico no Colégio Farrupilha e os dois últimos anos no Colégio Anchieta.



Influenciado pelo Movimento da Legalidade em 1961 e pelas mobilizações pelas Reformas de Base que sacudiram o Brasil de Norte a Sul, iniciou sua militância política aos 17 anos, em 1963, ingressando na Ação Popular (AP) – organização revolucionária de origem cristã, que propunha uma “revolução socialista de libertação nacional”. Nela atuou com seus

colegas do Colégio Anchieta José Luiz Fiori, Paulo Renato de Souza (futuro Ministro da Educação), Roberto Motolla, e outros.



Quando ocorreu o golpe de 1964, Carrion havia acabado de passar no vestibular de Engenharia da UFRGS, obtendo o 13º lugar entre mais de 1500 candidatos. Tendo optado pelo curso de Engenharia Química, logo se destacou como liderança universitária no combate à ditadura. Na ocasião, as principais forças de esquerda na UFRGS eram o PCB – sob a liderança de Flávio Koutzi, Marco Aurélio Garcia, Marcos Faermann e Trajano –, o PCdoB e a AP.

Já em 1964, Carrion fez parte da chapa da esquerda para o CEUE (Centro de Estudantes Universitários de Engenharia) que foi derrotada pela direita por poucos votos. Viviam-se o momento das primeiras lutas e confrontos contra o regime militar que



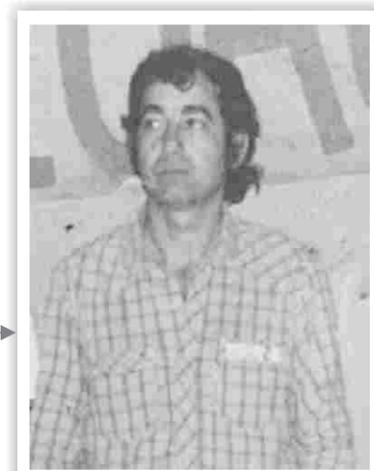
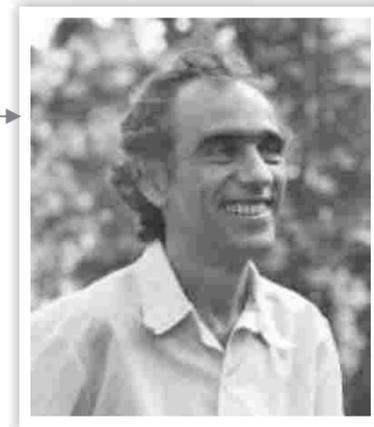
havia colocado na ilegalidade a UNE, a UBES, as UEEs e as Federações Universitárias, e

buscava impor uma estrutura estudantil, espúria, atrelada ao Ministério da Educação, formada por um pretensão “Diretório Nacional de Estudantes” (DNE), Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs), Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e Diretórios Acadêmicos (DAs). Cabe registrar que, apesar de haver ganho as eleições para o CEUE, a direita nunca conseguiu mudar a sua denominação para “Diretório Acadêmico”, devido ao domínio da esquerda nas assembleias gerais do curso de engenharia. Por isso, até hoje ele é o “CEUE”.

Na mesma época foram convocadas eleições para o DCE da UFRGS (que substituiu a antiga FEURGS). O PCB lançou a candidatura de Flávio Koutzi, que teve o apoio da AP, em troca do apoio que o PCB lhe havia dado nas eleições para o DEE. Carrion, apesar de ser da AP, foi lançado pelo PCdoB e por lideranças da Engenharia e da Geologia, como candidato alternativo a Koutzi. Na convenção da esquerda, prevaleceu o nome de Koutzi que, no entanto, acabou derrotado pela direita nas eleições para o DCE.

Não concordando com a tática de “hibernação” frente à ditadura – proposta pela maioria dos então dirigentes da AP do Rio Grande do Sul – Carrion passou a participar ativamente das lutas contra a ditadura e na organização da AP. Foi, então, eleito para o seu Comando Regional, junto com José Ouriques Freitas (ex-presidente nacional da JOC e liderança metalúrgica de Porto Alegre), Hélio Corbellini, Gilberto Bossle e Hello Duclós.

Em 1965 – com 19 anos –, passou a representar o Rio Grande do Sul no Comando Nacional da AP, participando de suas reuniões periódicas. Lá conheceu Aldo Arantes, Haroldo Lima, José Herbert de Souza (“Betinho”), Duarte Pereira, Paulo Whrighth e outros dirigentes nacionais da Ação Popular.



A luta junto ao movimento operário



Nessa época, além de acompanhar o movimento estudantil secundarista e universitário – onde atuavam José Loguércio, João Luís Santos, Carlos Lengert, Carlos Augusto de Souza, André Foster, entre outros – passou a participar no movimento sindical da Região Metropolitana de Porto Alegre, junto às categorias dos metalúrgicos, “alfaiates” (trabalhadores do vestuário) e calçadistas. Em 1965, apoiou a luta pela retomada do sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre, que foi impedida pela negativa do DOPS em fornecer o “atestado ideológico” a diversos candidatos da chapa de oposição. Pouco tempo depois, coordenou a campanha da oposição ao Sindicato dos Sapateiros de Porto Alegre, que acabou vitoriosa, colocando Adão da Graça na sua presidência.

Através de sua participação nessas lutas, Carrion conviveu com inúmeras lideranças operárias da época, como José Freitas, Pedro Machado Alves, Antônio

Losada, Castilhos, Adão da Graça, Rancheirinho, João de Deus Canha, Aldomiro Scherer, Agenor Castoldi e Luís Carlos Xavier, entre outros. Nessa época, aproximou-se de forma definitiva do marxismo, no que José Freitas teve importante papel, pois era quem já tinha maior conhecimento do marxismo na direção da AP.

A partir da vitória no Sindicato dos Calçadistas de Porto Alegre, Carrion estreitou sua ligação com o movimento calçadista de Novo Hamburgo e do Vale do Sinos em geral, passando a atuar em toda a região. Em 1967, para poder dedicar-se integralmente ao trabalho de direção da AP e à luta contra a ditadura, suspendeu o seu curso de Engenharia Química. O núcleo executivo do Comando Regional da AP de então passou a ser constituído por Carrion, José Freitas e Pedro Calmon.

Nessa época, a Ação Popular aproximou-se do Partido Comunista da China – que se encontrava em plena “Revolução Cultural Proletária”

– e teve início o chamado “processo de proletarização da AP”, sendo os militantes convocados a integrar-se à vida do povo. Ao lado da justa preocupação de direcionar o trabalho da AP prioritariamente para as massas operárias e camponesas, surgiram orientações sectárias, tipicamente pequeno-burguesas. De forma esquemática, foram estabelecidas normas diferenciadas a serem seguidas pelos militantes – segundo eles fossem de origem operária, camponesa ou pequeno-burguesa – definindo o que cada um podia possuir, o estilo de vida que devia ter, etc. Concepção sectária, que nada tinha a ver com o marxismo. Nesse período, Carrion já havia deixado de participar do Comando Nacional da AP.

Começaram, então, a surgir questionamentos – principalmente entre os companheiros do Rio Grande do Sul que atuavam no movimento operário – por entenderem que essa era uma visão equivocada, não marxista, de caráter predominantemente religioso. Logo depois, surgiu – com base no chamado “Esquema dos Seis Pontos” de Jair Ferreira de Sá, o “Dorival” – a orientação de “integrar-se na produção”. Para Carrion, Freitas e outros, isso não passava de uma tentativa da pequena burguesia de tentar substituir e dirigir a classe operária e os camponeses.

Partindo de uma concepção leninista, entendiam que o “Partido da Classe Operária” era fruto da união da teoria marxista com o movimento operário. O que ocorreria na medida em que os intelectuais revolucionários – portadores da teoria revolucionária – se unissem ao movi-

mento operário e contribuíssem para a formação de lideranças proletárias, sem tentar substituí-las. Portanto, até era aceitável a integração na produção, como um caminho para a formação quadros operários, para ajudá-los a assimilar o marxismo, visando a sua transformação em “intelectuais revolucionários operários”. Nunca com o objetivo de substituí-los.

A direção nacional da AP decidiu, então, deslocar para o Rio Grande do Sul o dirigente Altino Dantas (que mais tarde viria a romper com a AP e formar o PRT), com a tarefa de “enquadrar” a AP do Rio Grande do Sul nas novas orientações. Altino travou, então, uma luta interna contra a direção estadual da AP-RS, que resistia a essa visão sectária. Esse processo foi sedimentando uma forte divergência entre um conjunto de companheiros – especialmente os que atuavam no meio operário – e o Comando Nacional da AP. O novo núcleo de direção passou a ser hegemonizado por Altino Dantas e alguns militantes cooptados por ele, como Pedro Calmon. Fruto dessas divergências, Carrion e Freitas deixaram o Comando Regional da AP.

Em 1968, devido aos laços estabelecidos com lideranças operárias da região calçadista do Vale dos Sinos, Carrion mudou-se para Novo Hamburgo – principal polo da indústria calçadista no Rio Grande do Sul –, com o objetivo de estender o trabalho da Ação Popular na região e ajudar na organização dos trabalhadores na luta contra a ditadura. Depois de alguns meses morando em Novo Hamburgo,

Carrion realizou um curso de “cortador” na escola do Sindicato, e empregou-se em uma importante fábrica de calçados, utilizando uma documentação falsa em nome de “Antônio Ferreira da Costa”. Passou nos testes, trabalhou durante uma semana, mas não conseguiu permanecer no emprego, por não possuir toda a documentação exigida. Conseguiu, então, emprego como operador de máquina em uma fábrica de componentes de calçados.



Assim, “integrou-se na produção”, mas com uma visão diametralmente oposta à pregada pela Ação Popular.

Rapidamente, estruturou a AP em Novo Hamburgo, atraindo importantes lideranças calçadistas, principalmente da Juventude Operária Católica (JOC), onde, entre outros, destacavam-se Renatinho, Sebastião Velho, Nelson Sá e Astrogildo. A realização de cursos e a difusão de materiais de formação política contribuíram para o fortalecimento do

trabalho nas fábricas. Pequenas lutas, em diversas empresas, serviram para melhor preparar as forças.

O dissídio de 1969 dos calçadistas de Novo Hamburgo serviu como uma prova de fogo para o trabalho realizado. Depois de debater a situação, a direção da AP em Novo Hamburgo – com a participação de Carrion – decidiu lançar uma ampla mobilização entre os calçadistas, com a palavra de ordem “40% ou greve!”. Panfletos foram impressos e amplamente distribuídos nas fábricas de forma semiclandestina, utilizando os mais variados métodos.

Apesar da direção pelega a frente do sindicato e da recente edição do Ato Institucional N°5 – causando um inevitável refluxo nas lutas sindicais –, a categoria mobilizou-se. Temendo a greve, o DOPS, auxiliado pelos patrões, prendeu nas fábricas, na véspera da assembleia decisiva, 10 lideranças operárias, com o objetivo de desarticular o movimento. Entre os presos, levados para o DOPS de Porto Alegre, encontrava-se Renatinho, da direção da AP de Novo Hamburgo. Em reunião da direção, realizada em

Novo Hamburgo nessa noite, Carrion se propôs e realizar uma panfletagem de carro, durante a madrugada, nas portas das principais fábricas, conclamando à participação na assembleia. Os panfletos foram impressos em um mimeógrafo de tinta e Carrion arrancou, de carro, às 5h da manhã, do Bairro Canudos em direção a Porto Alegre, percorrendo em torno de 20 fábricas, que amanheceram com suas calçadas cobertas de convocações.

Na assembleia realizada nessa noite, mais de 700 trabalhadores lotaram o Sindicato. A repressão policial foi generalizada. Em torno de 30 trabalhadores – todos que usaram a palavra para defender a paralisação – foram detidos, desarticulando a greve. Finalizada a mobilização e libertados os detidos, o balanço mostrou que a estrutura organizativa do trabalho da Ação Popular não havia sido detectada nem golpeada.

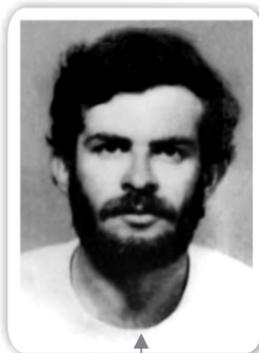
Na medida em que o trabalho crescia entre os trabalhadores e mais operários ingressavam na AP, aumentaram as demandas organizativas e tornou-se necessária a publicação regular de um pequeno jornal. Para dar conta dessas e de outras tarefas, Carrion saiu da produção, para dispor de mais tempo. Isso foi interpretado pela direção da AP como um “recuo no processo de integração na produção” no Rio Grande do Sul. Ou seja, era mais importante ter um militante de origem pequeno-burguesa integrado na produção do que o ingresso e formação de lideranças operárias na AP. Uma visão completamente equivocada!

Em meados de 1969, depois de algum tempo fora da produção, Carrion retomou o trabalho fabril, agora em uma metalúrgica, como operador de prensa, ao mesmo tempo que seguia realizando suas tarefas na organização da AP. Nessa metalúrgica, depois de alguns meses, sofreu um acidente de trabalho, perdendo a ponta de um dedo e tendo de ir para o seguro. Com o dinheiro da indenização, adquiriu uma carabina Itajubá, calibre 22, que depois – já no PCdoB – viria a servir para o treinamento de tiro, em um processo incipiente de preparação militar.

Justamente nessa época, ocorreram diversas reuniões com a direção da AP, inclusive dirigentes nacionais, que tentavam “enquadrar os rebeldes”. Nesse processo, ocorreu o rompimento definitivo. Assim, junto com outras lideranças operárias – como José Freitas, Agenor Castoldi, João de Deus, Pedro Machado Alves e os companheiros do Vale do Sinos – Carrion desligou-se da Ação Popular no segundo semestre de 1969.

A filiação ao Partido Comunista do Brasil

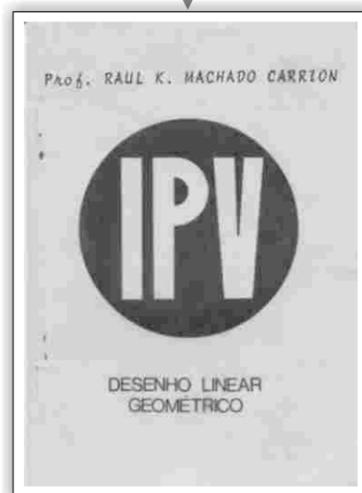
Em fins de 1969, junto com diversas lideranças operárias da Região Metropolitana de Porto Alegre, ingressou no Partido Comunista do Brasil. Por orientação partidária – e com o objetivo de fortalecer o PCdoB no movimento estudantil –, voltou para Porto Alegre e retomou o curso de engenharia química na UFRGS. Foi um ano de grandes avanços, com a reconquista pela esquerda das principais entidades estudantis da UFRGS – entre elas na Engenharia e na Economia – culminando com a vitória para o Diretório Central de Estudantes da UFRGS, então sob o controle dos apoiadores da ditadura. Nesse mesmo ano de 1970, Carrion foi eleito para a direção estadual do PCdoB, assumindo a sua secretaria de organização. O Secretariado era composto, ainda, por “Nelson” – secretário político – e Agenor Castoldi (“Gurjão”) – secretário de agitação e propaganda. Também participavam da direção, entre outros, Bruno Mendonça Costa, Delfino Lobo, Delfino Reis e Pedro Machado Alves.



Em fins de 1970 – refletindo a hegemonia que o PCdoB havia alcançado no movimento universitário gaúcho – Carrion foi escolhido como o único delegado do Rio Grande do Sul ao Conselho Nacional da UNE, realizado clandestinamente em Salvador, Bahia, no início de 1971. Na ocasião, conheceu seu então presidente,

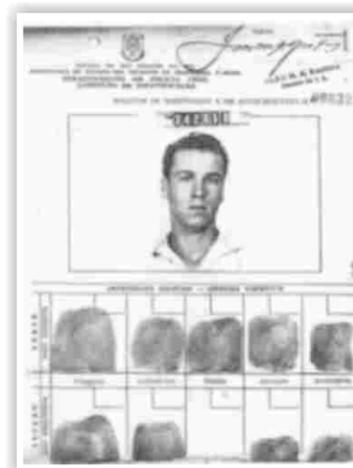
Honestino Guimarães, posteriormente assassinado, sob tortura, pelo regime militar. A reunião foi encerrada abruptamente, em plena madrugada, por problemas de segurança. De volta a Porto Alegre, Carrion prestou vestibular para o curso de Química da UFRGS, classificando-se em 2º lugar.

Entre 1966 e 1971, Carrion trabalhou em diversas ocasiões como professor, lecionando matemática, geometria descritiva e desenho geométrico em diversos pré-vestibulares e escolas, entre os quais o Pré-Vestibular do DCE da UFRGS, o Colégio Israelita Brasileiro e o IPV (Instituto Pré-Vestibular).



Prisão, torturas e exílio

No dia 28 de maio de 1971, ao chegar à residência de João Flores da Silva – onde eram digitados os jornais “A CLASSE OPERÁRIA” e “O PROLETÁRIO” – Carrion foi preso e levado ao DOPS, no Palácio da Polícia. Ali, encontrou, já sob tortura, além de João Flores e sua esposa Flávia Röessler, diversos dirigentes partidários, entre os quais Bruno Mendonça Costa, Delfino Lobo, Delfino Reis, Júlio Zancanaro e João Barbosa. Acusado de ser o secretário de organização do PCdoB no Estado – conhecendo, portanto, os contatos do Partido em todo o estado – e de haver entregue a João Flores da Silva pentes de balas calibre 45 encontradas em seu apartamento, foi submetido, durante dez dias, às mais bárbaras torturas, sob o comando do Delegado Pedro Seelig e seus sicários, entre eles o narcotraficante Nilo Havelha.



Em consequência de sua luta, foi preso em 1971 e barbaramente torturado. Acima, a ficha de identificação no DOPS.

No DOPS, foi dependurado nu e encapuçado, de cabeça para baixo, com as mãos amarradas sobre os



O “banquete” dos torturadores, na visão de Santiago.

joelhos flexionados e com uma barra de ferro passando entre as pernas, no chamado “pau-de-arara”. Nessa situação, foi jogado, por diversas vezes, no chão, de forma a golpear sua coluna vertebral e danificá-la. Por horas a fio, dia após dia recebeu choques elétricos de até 400 Volts (com baixa amperagem, para evitar a morte) nos pés, nas mãos, no crânio, nos ouvidos e nos órgãos genitais. Uma das formas mais sádicas de aplicação dos choques elétricos era a chamada “bicicleta”, quando o sevidado era colocado de bruços no chão, completamente nu, com os braços amarrados nas costas e os fios presos nos dedos dos pés, também voltados para traz; ao serem aplicadas as descargas elétricas, o resultado era um movimento convulsivo das pernas, lembrando o pedalar de uma bicicleta, acompanhado de terríveis dores.

Sofreu por diversas vezes a espancamentos generalizados – através de socos, pontapés e porretes –, a qualquer hora do dia ou da noite. Foi submetido à “palmatória” – violentos golpes com pedaços de madeira nas palmas das mãos – e o chamado “telefone” – golpes simultâneos nos dois tímpanos, com o objetivo de rompê-los. Enfrentou execuções simuladas e sofreu todo tipo de agressões e torturas psicológicas, na tentativa de desestruturá-lo psicologicamente e destituir-lo de



Charge de Latuff ilustra a prática de tortura no Brasil.

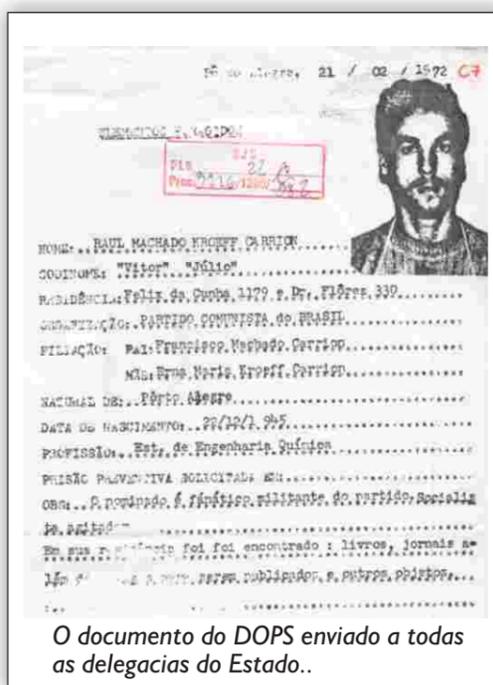


toda dignidade. Mais de uma vez ficou desacordado, em consequência das torturas. Tudo em vão, pois Carrion resistiu sem vacilar um único momento e sem fornecer qualquer informação que pudesse prejudicar ao partido ou seus camaradas.

Uma das questões que mais preocupava os agentes do DOPS – chefiados pelo Delegado Pedro Seelig – era onde estava e quem era o secretário político do Partido, cujo nome-de-guerra era “Nelson”. O problema é que, no dia anterior à sua prisão, Carrion havia marcado um ponto de encontro com “Nelson”, no Parque Farroupilha, na parada de ônibus em frente ao Instituto de Educação. O procedimento de segurança que havia sido adotado era o seguinte: Carrion aguardaria na parada; “Nelson” desceria do ônibus, não o abordaria e continuaria caminhando. Carrion observaria se tudo estava em ordem e o seguiria, abordando-o mais adiante, em plena caminhada. O detalhe é que haviam acertado que se Carrion não estivesse

no ponto, “Nelson” deveria ir diretamente até a casa do João Flores (para concluir o jornal), onde a polícia estava fazendo campana. Portanto, se nada fosse feito, “Nelson” seria inevitavelmente preso. Enquanto era torturado, Carrion matutou o que fazer para impedir que isso acontecesse.

Tomou, então, uma decisão extremamente arriscada: fingir que estava disposto a colaborar e levá-los até o ponto de encontro marcado. Como, conforme combinado, Carrion não o seguiria, “Nelson” perceberia que havia algo de errado e, ao dar-se conta disso, não iria até a casa do João Flores. Assim, no meio da madrugada, Carrion disse aos seus torturadores que tinha um ponto marcado com “Nelson” e conseguiu convencê-los que estava disposto a colaborar. Descreveu “Nelson” de uma forma bastante diferente da realidade e comprometeu-se a indicar-lhes quem era, no momento em que ele lhe



O documento do DOPS enviado a todas as delegacias do Estado..

abordasse. Ao tomar essa decisão, Carrion assumiu o maior risco de toda sua vida, pois se algo desse errado e “Nelson” fosse preso, ele seria visto como um delator, o pior que pode acontecer a um comunista. Mas, aceitou correr esse risco, para preservar o Partido da queda de seu secretário político e de outras eventuais prisões.

Foi conduzido para o local de encontro – onde circulava grande número de colegas da UFRGS – alguns minutos antes e logo os agentes do DOPS montaram a campana. Um pouco antes da hora marcada, passou um conhecido, que veio falar com Carrion e logo seguiu caminhando. Os agentes quiseram saber quem era e Carrion informou que era um conhecido da universidade, pois naquele local havia muitas pessoas que o conheciam. Mas que ele avisaria quando fosse o “Nelson”.

Pouco depois o “Nelson” desceu do ônibus. Contrariando todas as normas de segurança acertadas, ao invés de seguir caminhando, foi até Carrion e o cumprimentou; como Carrion respondeu friamente, seguiu caminhando. Por sorte os agentes não desconfiaram de nada. Como Carrion não o seguiu, “Nelson” deu-se conta de que algo estava errado e tratou de safar-se o quanto antes. Assim, não foi até a casa de João Flores, escapando de ser preso. Mais por sorte do que por juízo. Pois, se os agentes tivessem sido inteligentes, teriam detido todos aqueles que abordassem Carrion, para depois esclarecer quem era cada um. Como ninguém mais apareceu e passou a hora do ponto, todos retornaram ao DOPS.

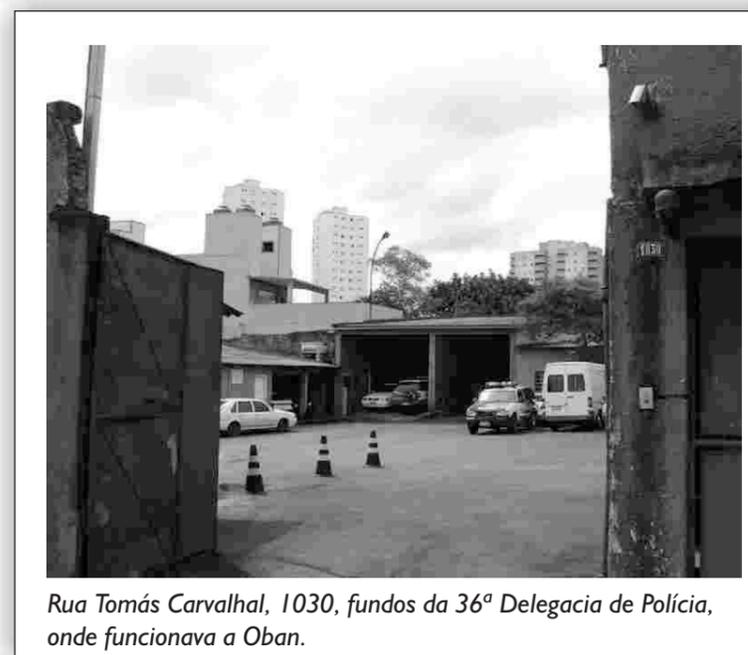
Nessa noite, “caiu a ficha” dos agentes. Carrion que estava dormindo, depois de mais um dia de torturas, foi acordado por cinco agentes enfurecidos, esbravejando que ele os tinha enganado, e passaram a espancá-lo na própria cama. Apanhou que nem cachorro, ficando quase sem condições de andar.

Como, durante 10 dias seguidos de torturas, não conseguiram arrancar-lhe nenhuma informação, Carrion foi enviado no dia 6 de junho – junto com o psiquiatra Bruno Mendonça Costa, tesoureiro do Partido – para a Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo, principal centro clandestino de torturas do país, comandado pelo famigerado Major Brilhante Ustra.

junto com Bruno Costa – em um avião “DC3” da FAB. Ironicamente, foi sua primeira viagem de avião. Tão logo chegou à OBAN – apesar de encontrar-se em péssimas condições de saúde e sem qualquer atenção médica – foi enviado diretamente para as câmaras de tortura e submetido novamente ao “pau-de-arara” e a choques elétricos generalizados. Permaneceu, da mesma forma que Bruno Costa, cerca de 45 dias na OBAN, submetido a contínuos interrogatórios e torturas. Só teve quebrada a sua incomunicabilidade em início de julho, através de uma visita vigiada de seu irmão Eduardo Carrion à OBAN.

De volta a Porto Alegre, em meados de julho, foi imediatamente enviado à sala de

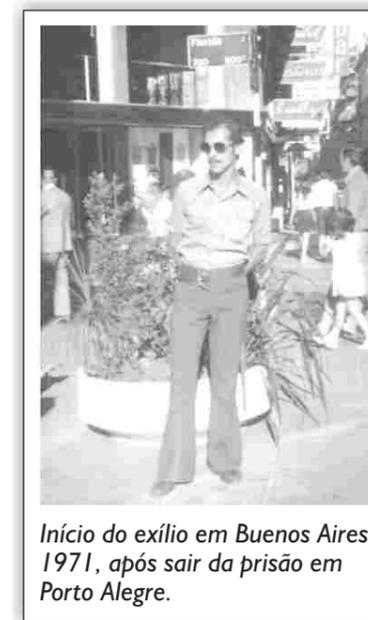
preventiva – por falta de provas – e determinou a imediata libertação de Carrion e de Bruno Costa, sob a condição de apresentarem-se todas as semanas na Auditoria Militar, na Rua General Portinho, esquina com Duque de Caxias. Vigiado e ameaçado pelos órgãos de repressão, sua única alternativa para prosseguir a luta foi o exílio. Assim, na madrugada do dia 6 de agosto, saiu de carro com seu irmão Francisco Carrion Júnior e sua cunhada Rejane Xavier, em direção à Santana do Livramento, onde basta atravessar uma rua para estar em Rivera, no Uruguai. Se alguém os detivesse no caminho, a desculpa é que iriam visitar uns parentes da Rejane em São Gabriel, perto da Fronteira com o Uruguai. Dali – depois de obter um visto de sua entrada em uma delegacia de Rivera –, seguiu sozinho até Montevideu e, logo, para Buenos Aires. De Buenos Aires, seguiu de avião até Santiago do Chile, onde a experiência do governo Allende despertava a admiração dos progressistas de toda América.



Rua Tomás Carvalhal, 1030, fundos da 36ª Delegacia de Polícia, onde funcionava a Oban.

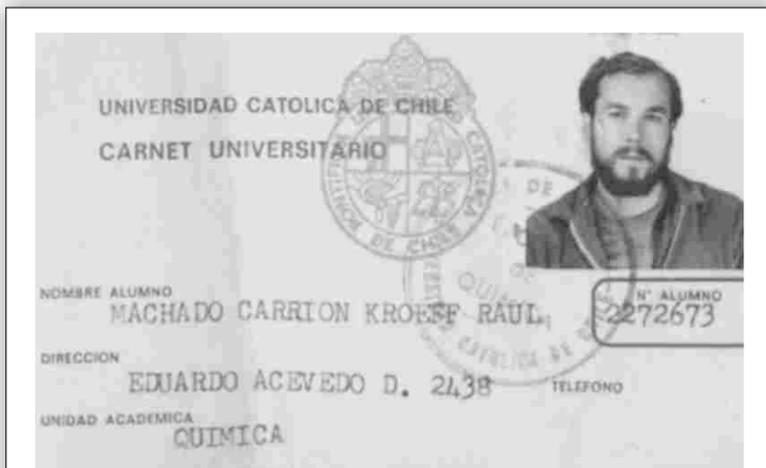
Mal conseguindo andar, coberto de hematomas, com costelas fraturadas, um tímpano descolado e urinando sangue, Carrion foi levado algemado até o Aeroporto Salgado Filho e embarcado –

torturas, para uma acareação com o militante Nei DeGrandi, que havia sido preso. Passados alguns dias, em 2 de agosto, a 1ª Auditoria Militar da 3ªCJM negou de forma unânime o pedido de sua prisão



Início do exílio em Buenos Aires, 1971, após sair da prisão em Porto Alegre.

A retomada da luta no Chile de Allende



Através do Professor e filósofo Ernani Maria Fiori – expurgado da UFRGS e amigo da família – matriculou-se no Curso de Química da Universidad Católica de Chile, com o que conseguiu prosseguir os estudos e obter um visto temporário para permanecer no Chile.

Tão logo chegou no Chile, procurou Paulo Renato de Souza – seu ex-colega do Colégio Anchieta e conchunhado de seu irmão Carrion Júnior, que lá se encontrava trabalhando na CLACSO – com quem morou durante alguns meses, até regularizar sua situação no país.

Mais de cinco mil brasileiros viviam exilados no Chile e, com a ajuda de Paulo Renato, Carrion recontatou o partido. Quem representava o PCdoB no Chile era Amarílio Vasconcelos, um dos participantes na Conferência da Mantiqueira que reorganizou o partido em 1943. Ele e sua mulher Raquel haviam atuado durante alguns anos na Rádio Pequim, colaborando com a transmissão para o Brasil do seu programa radiofônico em português. Depois de relatar-lhe detalhes sobre as prisões que haviam atingido a direção do partido no Rio Grande do Sul, Carrion lhe informou de sua determinação de retornar ao Brasil, logo que possível.

Como não havia um trabalho organizado do partido entre os exilados, Carrion propôs a constituição de um organismo partidário, que, além de um trabalho de solidari-



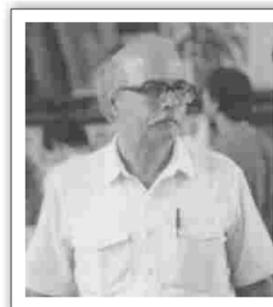
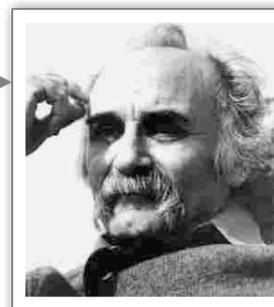
Elvira, militante comunista – formada em Química na Universidade Patrice Lumumba, na União Soviética –, trabalhava na Universidad de Chile e na Universidad Técnica del Estado. Seu pai, José Ballester Soriano, também comunista, fora combatente republicano na Guerra Civil Espanhola participava da direção de uma das empresas estatizadas por Allende. Sua mãe, Marina, comunista, era sobrinha de Elias Lafferte, um dos fundadores do PC do Chile.

riedade à luta do povo brasileiro contra a ditadura, publicasse em espanhol o jornal “A Classe Operária” e os principais documentos partidários, divulgando-os entre os exilados e colocando-os nas livrarias que fosse possível. Assim, foi formada uma organização de base do PCdoB em Santiago, que reunia os comunistas exilados, debatia os documentos partidários e planejava as ações de solidariedade ao povo brasileiro e de denúncia da ditadura.

Nessa época, Carrion conheceu sua esposa **Elvira Ballester Lafertt**. Através de Elvira e de sua família, Carrion conheceu os principais dirigentes do PC do Chile – como Luis Corvalán, Volodia Teitelboim, Mireya Baltra e tantos outros – o que muito contribuiu para o trabalho de solidariedade internacional para com o povo

brasileiro. Conhecido como “Ruivo” (“Rúcio”, em castelhano), Carrion passou a participar ativamente da luta do povo chileno e das atividades dos exilados brasileiros e latino-americanos no Chile.

No começo de 1972, o Comitê Central do PCdoB enviou para o Chile dois destacados dirigentes – **Diógenes Arruda e Dynéas Aguiar** –, com o objetivo de intensificar a luta no exterior contra o regime militar. Com a sua chegada ao Chile, ficou estabelecido que Carrion deveria permanecer no exteri-



or para colaborar nesse trabalho de solidariedade internacional, adiando seu retorno ao Brasil. Diversos atos de denúncia da ditadura, alguns de grande repercussão, foram realizados a partir desse trabalho e passou a ser publicado o jornal “La Lucha Popular”. Era o momento do início da Guerrilha d Araguaia, que passou a ser amplamente divulgada.

No final de 1972, Carrion viajou à Albânia, para representar a juventude do PCdoB em um Congresso

Internacional de Juventudes Revolucionarias, passando quase um mês nesse país, onde conheceu e estudou sua experiência de edificação do socialismo. Na Albânia, Carrion encontrou um antigo companheiro da Ação Popular, a quem havia ajudado a passar para o Uruguai, nos anos 60, e que trabalhava nas transmissões em português para o Brasil da Rádio Tirana.

De volta ao Chile, Carrion retomou as atividades de denúncia da ditadura militar e de solidariedade com a luta do povo brasileiro. Vivia-se momentos difíceis, em que as forças de direita articulavam abertamente o golpe contra Allende e sucediam-se as greves de caminhoneiros e os boicotes empresariais. Em junho de 1973, ocorreu o “Tancazo”, uma tentativa de golpe contra Salvador Allende, só abortado devido à postura firme do Comandante do Exército – General Prats –, que teve que percorrer os quartéis para reunir forças suficientes para deter os golpistas. Ao final, porém, ninguém foi punido e os golpistas conseguiram a renúncia do General Prats, no dia 23 de agosto, sendo substituído por Pinochet no comando do Exército. Estava aberto o caminho para o golpe!



El Mercurio noticia El Tancazo

O golpe de Pinochet e o exílio na Argentina



Como Carrion havia deixado de estudar, conseguiu uma declaração fictícia de que trabalhava no jornal do Partido Socialista, para poder renovar o seu visto de permanência no Chile. Foi marcado o dia 11 de setembro para buscar o seu visto. Só que o dia amanheceu com o **Palácio La Moneda** sendo bombardeado pelas forças militares. Poucas horas depois, Allende estava morto, o golpe consumado e as prisões e os assassinatos começaram a se suceder. Assim, no dia mesmo do golpe, Carrion ficou ilegal no Chile.

Depois de permanecer alguns dias aguardando os acontecimentos, na expectativa de que surgisse alguma resistência ao golpe, ao mesmo tempo que tratavam de desfazer-se da grande quantidade de impressos guardados no apartamento, foi tomada a decisão coletiva de buscar asilo na Embaixada Argentina. Também contribuiu para essa decisão a campanha aberta, em rádio e televisão, conclamando a população chilena a denunciar os estrangeiros que conhecesse, em um verdadeiro processo de delação coletiva.

Naquele momento, encontravam-se em Santiago Raul Carrion, Diógenes Arruda, sua companheira Tereza Costa Rego, Amarílio Vasconcelos e sua esposa Raquel. Dynéas

Aguiar havia viajado recentemente para a Buenos Aires, para acompanhar a nova situação criada na Argentina com a vitória peronista nas eleições.

Foi decidido que Teresa Rego – conhecida artista plástica – permaneceria em Santiago até que a “poeira baixasse”, ficando no apartamento com Elvira. Poucos dias depois de Carrion, Diógenes, Amarílio e Raquel terem-se asilado na Embaixada Argentina, o apartamento de Elvira foi invadido por soldados armados e vasculhado. Elvira e Teresa foram interrogadas, mas foram deixadas em paz. É possível imaginar o que teria acontecido se Carrion tivesse permanecido em Santiago.

Na Embaixada, encontravam-se mais de 400 asilados brasileiros, número que aumentava a cada dia. Lá tiveram de permanecer durante quase dois meses, em condições extremamente precárias, pois o Presidente Héctor Cámpora, apesar de ser peronista, negou-se a conceder asilo aos refugiados e só autorizou o seu ingresso na Argentina – inicialmente em Empedrado, na Província de Corrientes, e posteriormente em Buenos Aires – sob a condição de que o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) garantisse o asilo dos refugiados em outros países.

Só em fins de 1973, quando foi autorizado a ir até Buenos Aires, Carrion conseguiu reencontrar-se com Elvira e Maria Victória, que haviam permanecido em Santiago. Em Buenos Aires, Carrion, Diógenes Arruda, Dynéas Aguiar, Amarílio, Raquel, Carlos e Loreta Valadares, Osmar Terra e outros militantes que lá se

encontravam, organizaram uma base do PCdoB que, entre outras atividades, realizou um curso de marxismo, ministrado por Diógenes Arruda.

Quando estava tudo acertado para a viagem de Carrion, Elvira e Maria Victória

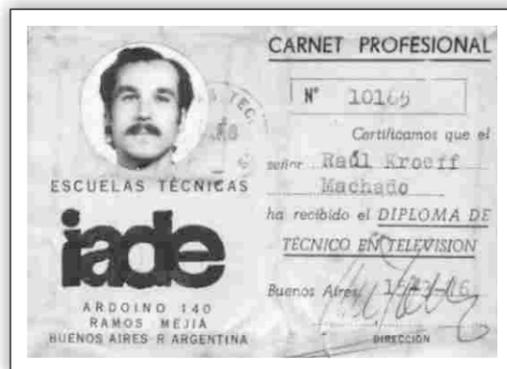


trabalhar na Argentina), válido por três meses e renovável por mais três meses. A cada seis meses, Carrion precisava fazer uma viagem até o Uruguai, retornando como turista; e, depois de três meses, renovar o visto. Elvira começou a trabalhar em tradução de textos técnicos russos e, pouco depois – também por indicação de amigos –, conseguiu trabalho em uma indústria química, com o que obteve um visto provisório de trabalho na Argentina, o que lhes deu condições para alugarem um pequeno apartamento para morar.

Junto com Dynéas Aguiar e outros militantes do PCdoB que permaneceram na Argentina, foi organizada uma base partidária, que prosseguiu a ação de denúncia da ditadura e de divulgação da resistência ao regime militar. Visando criar melhores condições para seu retorno ao Brasil, Carrion matriculou-se em um curso de eletrônica nas Escuelas Técnicas Industriales - IADES, formando-se como técnico eletrônico no início de 1976. A partir de então, Carrion deixou de trabalhar na Livraria Hernandez e estabeleceu-se com uma pequena oficina de consertos de eletrodomésticos, rádios e TVs, inclusive para ganhar maior experiência e preparar-se para o retorno ao Brasil.

para a França – que lhes havia concedido asilo político e uma bolsa de estudos –, Carrion comunicou ao Partido a sua decisão, apoiada por Elvira, de permanecer na Argentina, para poder mais facilmente retornar ao Brasil e prosseguir na luta contra a ditadura. Para poder implementar essa decisão, Carrion rompeu toda relação com o ACNUR, abandonou o alojamento disponibilizado pelo governo argentino e foi morar com Elvira e Maria Victória na casa de amigos argentinos.

Mesmo em situação irregular, Carrion começou a trabalhar na Livraria Hernandez, na Calle Corrientes, por recomendação de amigos argentinos. Para dar cobertura à sua permanência no país, viajou até Colônia de Sacramento, no Uruguai, retornando com um visto de turista (que não lhe autorizava



O golpe do General Videla e o retorno ao Brasil



Visita da família no exílio em Buenos Aires

A Argentina vivia um período de grande instabilidade política. Em março de 1973, haviam sido realizadas eleições diretas, pela primeira vez em dez anos, com uma grande vitória peronista, apesar de Juan Perón ter sido proibido de candidatar-se. Alguns meses depois, o presidente Héctor Cámpora renunciou para forçar a realização de novas eleições, nas quais Perón pôde concorrer e venceu por ampla maioria, tendo sua esposa Maria Estela Perón como vice. Com o falecimento de Perón, em julho de 1974, Maria Estela Perón assumiu, com uma administração eivada de problemas econômicos e políticos. Com a sua convivência, o terrorismo da AAA (Aliança Anticomunista Argentina) ceifou centenas de vidas. Em 24 de março de 1976, o golpe militar de Videla pôs fim ao seu governo.

A instauração da ditadura terrorista de Videla tornou impossível a permanência de Carrion na Argentina, até pela situação de irregularidade em que se encontrava. Em junho de 1976, Carrion acertou com o Partido e com seus pais – que foram até Buenos Aires – o seu retorno ao Brasil, de forma clandestina, que foi feito

por Foz de Iguaçu, permanecendo Elvira e Maria Victória em Buenos Aires, por razões de segurança.

Como no Brasil qualquer viagem de ônibus exigia que o passageiro se identificasse, e os únicos documentos que Carrion possuía eram os originais – e tudo indicava que seu nome constava nos controles policiais como “procurado” –, Carrion optou por fazer o

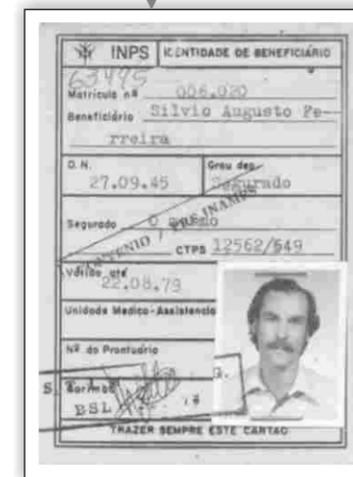
trajeto entre Foz de Iguaçu e Santos (onde tinha um “ponto” com o Partido) por trem, o que lhe demandou vários dias. Só no trecho final, entre Ourinhos e São Paulo, optou por tomar um ônibus. Felizmente, tudo correu bem.

Depois de cobrir o “ponto” previamente combinado em Santos – onde reencontrou o antigo companheiro de AP que havia encontrado na Rádio Tirana – Carrion retomou o contato com o Comitê Central do PCdoB, tendo mantido conversas com diversos dirigentes, entre eles Haroldo Lima, Sérgio Miranda e Pedro Pomar. Nos meses em que permaneceu em São Paulo, para providenciar uma documentação falsa, trabalhou em Santos e em Campinas.

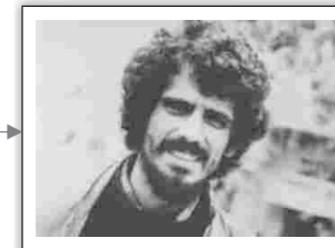
Nesse período, Carrion também fez algumas viagens ao Rio de Janeiro e ao Paraná, para obter sua nova documentação. Em uma de suas viagens à Curitiba – onde obteve a certidão de nascimento necessária para iniciar a tramitação de sua nova identidade – Carrion encontrou sua irmã Otília Beatriz, com quem havia marcado, ainda na Argentina, um local fixo de encontro e um código para definir – por

correspondência e de forma cifrada – a data e o horário de futuros “pontos”. Essa combinação foi essencial para Carrion conseguir reatar o contato com a família e com o Partido quando isso se fez necessário, em 1977.

Finalmente, em outubro de 1976, por orientação do Comitê Central, deslocou-se para Goiânia, onde empregou-se como técnico eletrônico em uma empresa de manutenção de equipamentos eletrônicos, agora como o “paranaense” Sílvio Augusto Ferreira.



Poucos dias depois de chegar a Goiânia, Carrion foi ao “ponto” previamente marcado, encontrando-se com João Batista Drummond – a quem não conhecia –, membro do Comitê Central e dirigente do PCdoB em Goiás. Depois de uma rápida conversa, marcaram um novo ponto dentro de 30 dias, a ser repetido periodicamente se por algum motivo aquele não se concretizasse.



A Queda da Lapa e a perda de contato com o Partido



No mês de dezembro, no segundo encontro marcado com o dirigente do PCdoB em Goiás, este não compareceu ao “ponto”. Poucos dias depois, Carrion tomou conhecimento – ao ler o jornal alternativo “Movimento” – da “Chacina da Lapa” e do assassinato dos dirigentes comunistas Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Baptista Franco Drummond. Pelas fotos divulgadas, constatou que Drummond era o dirigente com quem mantivera contato em Goiás e que, graças ao seu comportamento revolucionário diante das torturas, o ponto marcado não havia sido entregue.

Sem qualquer outro contato em Goiás ou com o Comitê Central, Carrion ficou completamente isolado do Partido. Procurou, então, retomar o contato através da família e de Elvira, que permanecia em Buenos Aires e mantinha contato direto com Dynéas Aguiar, na Argentina. Havia sido estabelecido um complexo sistema de correspondência, com o objetivo de driblar os riscos da censura postal.

Em fevereiro de 1977, Elvira viajou com Maria Victória para Porto Alegre, onde permaneceu por alguns dias, mantendo contato com a família. Em julho de 1977, Carrion encontrou-se, em Curitiba, com sua mãe, com

sua irmã Otília Beatriz e com Elvira, que viajou diretamente de Buenos Aires. Esse encontro foi acertado por carta, de forma cifrada, no local previamente acertado em 1976 com sua irmã Otília Beatriz. Após o encontro em Curitiba – que serviu para restabelecer os contatos com a família e, de forma indireta, com o partido – Carrion viajou com Elvira até o Rio de Janeiro, onde aproveitaram para passar uns dias, e, depois, até São Paulo, onde ela embarcou para Buenos Aires. Carrion voltou, então, para Goiânia

Em Goiânia, Carrion filiou-se ao **sindicato dos metalúrgicos** – categoria a que



pertencia a empresa onde trabalhava – e organizou a ASTEC (Associação de Técnicos em Eletrônica), que além de defender as reivindicações dos técnicos, passou a realizar cursos de eletrônica e a editar um pequeno Boletim. Participou de um curso da Philco e pouco depois foi convidado para assumir a gerência técnica da empresa onde trabalhava. Para isso, porém, precisava ter o segundo grau completo. Como não possuía qualquer documentação referente a estudos, decidiu, prestar os exames de

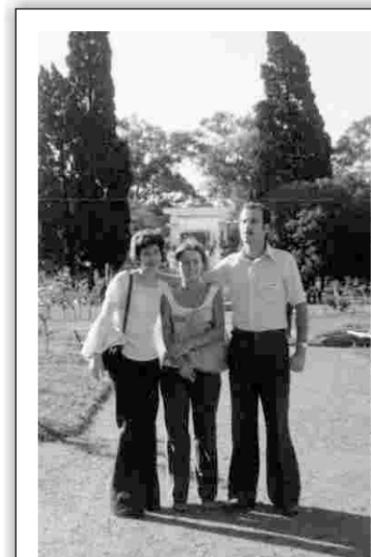
madureza de 2º grau, em todas as matérias. Feitas as provas, obteve aprovação em todas as disciplinas, recebendo o certificado de conclusão do 2º grau.

Poucos dias depois, quando encontrava-se no trabalho. Carrion foi informado pelo seu patrão que a Polícia Federal estava na empresa, para entregar-lhe uma intimação. O primeiro que lhe passou pela cabeça é que havia sido descoberto. Mas, depois, pensou melhor e concluiu que nesse caso não teria sido intimado e sim preso, sem maiores explicações. Decidiu, então, receber a intimação – que não esclarecia os motivos – e comparecer à Polícia Federal. Como precaução,

procurou lideranças do MDB em Goiás e explicou que quando morava no Paraná havia-se envolvido em movimentos contra a ditadura e temia que sua convocação pela PF tivesse algo a ver com isso. Solicitou, então, que um advogado lhe acompanhasse no depoimento à PF. Lá chegando, tomou conhecimento que havia ocorrido uma fraude nos referidos exames e como havia passado em todas as provas, havia a desconfiança de que tivesse participado das fraudes. Esclarecido a razão da intimação, Carrion conseguiu provar a sua inocência, inclusive mostrando os cálculos e rascunhos por ele feitos nas diversas provas. Assim, foi salvo pelo seu sangue frio.

A viagem à Argentina para recontatar o Partido

Em fins de 1977, recebeu carta cifrada de Elvira, pedindo sua ida até Buenos Aires para encontrar o “Careca” – codinome pelo qual Dynéas era conhecido. Pediu demissão do emprego, alegando a necessidade de retornar ao Paraná para resolver problemas familiares, e viajou para a Argentina, no início de 1978.



Com a esposa Elvira e a irmã Vera na Argentina - 1978.

Em Buenos Aires, além de encontrar Elvira (Maria Victória estava com seus avós, na Venezuela), reuniu-se com Dynéas e Sérgio Miranda, para tratar da 7ª Conferência, em preparação, e para discutir a retomada do contato do Comitê Central com o partido no Rio Grande do Sul. Ficou acertado que Carrion viajaria imediatamente para Porto Alegre, com o objetivo de estabelecer um sistema de pontos mensais que viabilizasse a retomada do contato do CC com os gaúchos. Também foi acertada uma sistemática similar de pontos mensais em Goiânia, para que o partido pudesse retomar o contato com ele, em Goiânia.

Carrion viajou, então, clandestinamente, para Porto Alegre e – através de José Freitas – contatou a direção estadual do PCdoB, estabelecendo a sistemática de pontos acertada com Dynéas. Tomando todas as precauções possíveis, aproveitou para reencontrar seus familiares em Porto Alegre. Após, retornou a Goiânia e voltou a trabalhar na empresa de que havia-se demitido.

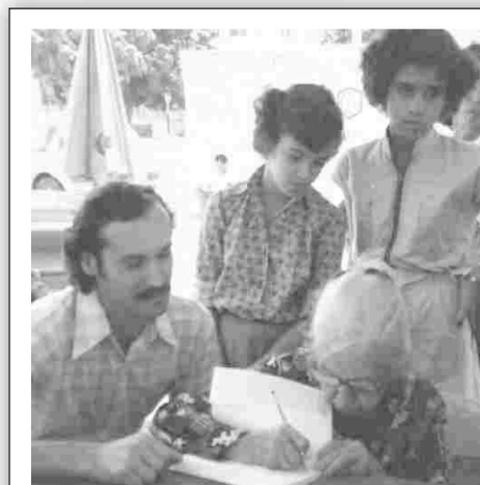
Era o início de 1978. Desde então, Carrion passou a cobrir religiosamente o ponto mensal combinado com Dynéas. Passaram-se os meses, e nem sinal de vida... No início de 1979, Carrion e Elvira decidiram que era hora de retomar a vida familiar, e acertaram sua vinda para Goiás. Elvira pediu as contas no emprego, entregou o apartamento e viajou com Maria Victória, em janeiro de 1979, para São Paulo, onde se encontrou com Carrion. Depois de aproveitarem para passar alguns dias em Santos e São Paulo, seguiram para Goiânia – onde Carrion havia alugado uma casa – e voltaram a viver juntos.

Em setembro de 1979, já com a Anistia aprovada e sem qualquer contato com o partido há mais de um ano e meio – apesar de cobrir religiosamente os pontos combinados – Carrion decidiu que era hora de retornar ao Rio Grande do Sul. Com os devidos cuidados, combinou com a família a sua volta a Porto Alegre e quando, em outu-

bro, já estava acertando os detalhes da viagem, apareceu Dynéas, no ponto marcado, de mala em punho, transgredindo as mais elementares as normas de segurança... Diante da proposta de Dynéas de permanecer em Goiás, Carrion ponderou que não tinha militância política nem era conhecido em Goiás e que o sindicato a que pertencia era inoperante; portanto, o mais lógico era retornar ao Rio Grande do Sul, onde tinha raízes e era conhecido. Além do mais, o seu retorno já estava encaminhado e não havia como retroceder



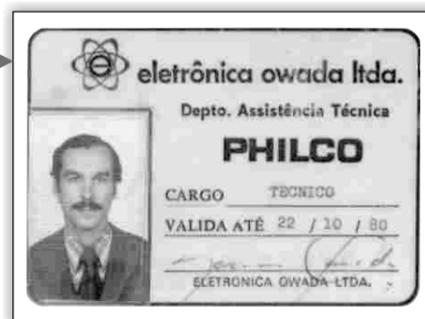
Na clandestinidade em Goiânia, trabalhou como técnico em eletrônica



Em 1978, em Goiânia, encontrou-se com Cora Coralina

O retorno a Porto Alegre e a atuação entreos metalúrgicos

De volta a Porto Alegre, em fins de 1979, Carrion logo conseguiu trabalho na Eletrônica Owada, e passou a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e



região, categoria onde o PCdoB já estava presente e tinha como principal liderança José Freitas. Carrion tinha que optar entre duas alternativas: permanecer trabalhando na categoria metalúrgica e contribuir na construção do PCdoB entre os metalúrgicos e a classe operária; ou retomar os estudos e envolver-se na luta política institucional. Diante da opinião do Partido de que devia continuar atuando no movimento sindical, Carrion não retomou os estudos e continuou trabalhando como técnico eletrônico na indústria metalúrgica. Assim, trabalhou na CGR – multinacional francesa na área da eletro-medicina – na Multidigit – onde implantou a linha de produção do primeiro disco rígido fabricado no Brasil –, novamente na CGR e na Narcosul – também da área de eletro-medicina.

O PCdoB desenvolveu nessa época um forte trabalho entre os metalúrgicos, onde José Freitas, João Carlos Moraes e Raul Carrion tornaram-se importantes lideranças da “Oposição Sindical”, sistematicamente eleitos para as

Comissões de Negociação dos Dissídios, Comitês de Greve, congressos sindicais, etc. Por sua liderança na categoria, Carrion concorreu ao cargo de tesoureiro por duas oportunidades em chapas de Oposição no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre, tendo José Freitas como candidato a Presidente.



Em 1984, com Paulo Paim apoiando a chapa de oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de Charqueadas - RS.

Em 1987, devido à sua intensa atuação sindical, mesmo tendo estabilidade como Vice-Presidente da CIPA, Carrion foi demitido da Narcosul sob a alegação de “justa causa”, não mais conseguindo emprego na categoria. Só dez anos depois teve os seus direitos reconhecidos pela Justiça do Trabalho.

A luta política e institucional

No âmbito partidário, Carrion foi eleito em 1981 presidente do PCdoB de Porto Alegre e passou a fazer parte do Comitê Estadual e do seu secretariado. Participou ativamente das “Diretas já”, da Campanha Pela Legalização do PCdoB e da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Em 1986, na primeira eleição, pós-ditadura, para o Congresso, Assembleias Legislativas e Governos Estaduais, Carrion foi lançado candidato do PCdoB ao Senado. Mas, como o seu suplente ao Senado ainda não tinha completado 35 anos, a chapa não foi aceita.

Em 1987, foi indicado para a chefia de gabinete da então vereadora Jussara Cony, que assumiu a bancada do PCdoB. Participou ativamente das lutas pelo direito à moradia no Parque dos Maias, Jardim Leopoldina, Cohab Rubem Berta, Humaitá e em toda Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em 1988, foi o candidato do PCdoB à Prefeitura de Porto Alegre, ocasião em que o PT elegeu Olívio Dutra para a Prefeitura da capital gaúcha.



Em 1989, por decisão partidária, foi morar na vizinha cidade de Canoas – importante centro operário –, onde assumiu a presidência do PCdoB e desenvolveu um amplo trabalho partidário e de massas, principalmente junto aos trabalhadores metalúrgicos, rodoviários e do gás e junto aos bairros operários da Mathias Velho, Guajuviras, Niterói e Rio Branco. Carrion percorreu o Estado na campanha LULA PRESIDENTE, da Frente Brasil Popular.



Em 1990, foi candidato pelo PCdoB à suplência do Senado, na chapa da Frente Progressista Gaúcha, que elegeu Collares governador do Estado.



Em 1991, Carrion voltou a Porto Alegre e assumiu em nome do PCdoB a presidência da FUNDASUL – instituição com mais de 900 funcionários e presença em cerca de 60 municípios –, coordenando toda a promoção e assistência social no Rio Grande do Sul, na gestão “Vida e Cidadania”. Durante sua gestão foram implementados

importantes projetos, como o Programa “Alimentos para o Povo”, “Vida Centro Humanístico”, “Universidade do Trabalhador”, “Centro de Apoio à Mulher”, Fórum “Caminhos do Brasil Popular”, etc

A atuação no terreno da luta de ideias

Em 1995, Carrion prestou vestibular para o curso de História da UFRGS, obtendo o primeiro lugar e concluindo o seu curso em apenas três anos, graduando-se em 1997, com a monografia “O Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul - 1922-1929”, que obteve nota máxima. Em 2003, ampliou sua formação como Historiador, realizando na FAPA um curso de pós-graduação em “História Afro-Asiática”. Seu trabalho de conclusão de curso, também com nota máxima, intitulou-se “A Construção do Socialismo na China e as Reformas Econômicas Pós-Revolução Cultural”.

Ainda em 1995 – juntamente com outros intelectuais marxistas, de diferentes correntes e especializações –, Carrion fundou e foi um dos Coordenadores do Centro de Estudos Marxistas do Rio Grande do Sul (CEM-RS), que durante mais de sete anos desenvolveu o confronto de ideias com o “pensamento único neoliberal”, que avassalava o Brasil e o mundo, organizando dezenas de conferências e publicando, pela UFRGS e pela UPF, quatro livros coletivos: “Luz e Sombras”; “Fios de Ariadne”; “Os Trabalhos e os Dias”; e “As Portas de Tebas”.

Também foi o idealizador e criador – junto com outros intelectuais, estudantes, sindicalistas e representantes de diversas instituições e entidades – do Centro de Debates Econômicos, Sociais e Políticos do Rio Grande do Sul (CEDESP-RS), que realizou entre 1997 e 1999 três grandes seminários internacionais intitulados – “Globalização, neoliberalismo, privatizações – quem decide este jogo?”; “Século XXI: Barbárie ou Solidariedade – Alternativas ao neoliberalismo”; e “A Crise



do Capitalismo Globalizado na Virada do Milênio”. Estes seminários contaram ao todo com mais de duas mil inscrições e tiveram suas palestras reunidas em três livros homônimos, publicados pela UFRGS, tendo por organizadores Raul Carrion e o Paulo Fagundes Vizentini.

Esses seminários prepararam o caminho e foram precursores do Fórum Social Mundial.



Foi para participar de um destes seminários que Bernard Cassen – Diretor Geral do Le Monde Diplomatique – veio pela primeira vez ao Rio Grande do Sul e estabeleceu contatos com a Prefeitura de Porto Alegre e, posteriormente, com o Governo Olívio Dutra, ponto de partida para a realização do 1º FSM. Após os três seminários internacionais já referidos, o CEDESP-RS se fez presente nos três Fóruns Sociais Mundiais realizados em Porto Alegre, participando de sua programação através dos seminários “A Resistência à Globalização Neoliberal”; “Guerra, Terrorismo e Ameaça à Democracia”; e “O Novo Brasil no Contexto Mundial”, respectivamente em 2001, 2002 e 2003.



Na caminhada contra a ALCA durante o II Fórum Social Mundial.

Alem dos livros já mencionados, Carrion publicou diversos trabalhos sobre a história do Rio Grande do Sul – como “Revolução Farroupilha, mais longa Revolta Republicana enfrentada pelo Império Centralizador e Escravocrata” e “Os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha”. Também é coautor da obra, em quatro volumes, intitulada “A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul” – editada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – e do livro “Ferrovias e Desenvolvimento: Esse é o caminho” –, produzido pela Frente Parlamentar Mista das Ferrovias, do Congresso Nacional.

A atuação como parlamentar comunista

Em 1992, Carrion foi candidato do PCdoB a vereador de Porto Alegre, sendo eleito 1º suplente e assumindo



a titularidade por diversas vezes. Em 1996, assumiu a vereança de forma definitiva conseguindo aprovar – em apenas nove meses de mandato – 14 projetos de sua autoria. Entre estes, a proibição do transporte de trabalhadores em veículos de carga; a obrigatoriedade os Centros Comerciais terem um clínico geral e um ambulatório para atendimentos de urgência; a moratória do pagamento das prestações do DEMHAB para os desempregados; a proibição do self-service (auto-abastecimento) nos postos de combustível (preservando a segurança dos usuários e os empregos dos frentistas); a doação a entidades sociais de materiais usados da Prefeitura; a adoção por particulares de equipamentos de esporte, cultura e lazer; etc.

Em 1998, Carrion passou em concurso público para servidor do Ministério Público Estadual. Em 1999, foi cedido para a Assembleia Legislativa, a pedido da deputada Jussara Cony,

assumindo a Coordenação da Bancada do PCdoB no parlamento gaúcho. Nas eleições de 2000, foi candidato a vereador pelo PCdoB, elegendo-se com a 8ª maior votação de Porto Alegre. Assumiu, então, a presidência do PCdoB da capital. Em 2002, foi candidato a deputado federal, obtendo 55 mil votos, mas ficando na suplência. Em 2004, concorreu à reeleição e tornou-se o 4º vereador mais votado da cidade.

Entre seus principais projetos aprovados como vereador, destacam-se a lei de Fomento ao Cooperativismo Habitacional,



Na campanha eleitoral de 2000

a meia entrada para Estudantes em atividades culturais e esportivas, a garantia de 30% das vagas para as mulheres chefes de família nos projetos habitacionais, a garantia de um local para a associação de moradores nos loteamentos e conjuntos habitacionais construídos em Porto Alegre, a obrigatoriedade da colocação de obras de arte nos prédios com mais de 2.000 m², a colocação de banheiros públicos nas feiras livres, a proibição do transporte de valores nos Centros Comerciais e Bancos, nas áreas de circulação do público.



Com forte atuação junto à comunidade negra foi o autor da lei de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural Afro-Brasileiro e das Leis que criaram o Dia Municipal de Controle da Anemia Falciforme, a Semana Municipal da Capoeira, o “Largo Zumbi dos Palmares” e o “Espaço Lanceiros Negros”.

Em 2001, 2003 e 2005, Carrion presidiu a Comissão de



Em 2003, foi o único vereador do Rio Grande do Sul eleito, na 1ª Conferência Nacional das Cidades, para o Conselho das Cidades, função para a qual foi reeleito em 2005 e em 2007, representando a União de Vereadores do Brasil (UVB).

Urbanização, Transporte e Habitação da Câmara Municipal, destacando-se por sua luta por moradia digna, em defesa dos sem-teto, contra os despejos e por um transporte público de qualidade. Em 2006, passou a fazer parte da Comissão de Defesa do Consumidor,

das Comissões Permanentes de Assuntos Municipais, de Economia e Desenvolvimento e do Mercosul e de Assuntos Internacionais e é hoje titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Economia e Desenvolvimento Sustentável. Foi Presidente da Comissão Especial de Habitação Popular e Regularização Fundiária, além de ser membro titular de diversas outras Comissões Especiais. Também propôs e coordena as Frentes Parlamentares pela Reforma Urbana; Por Reparações, Direitos Humanos e Cidadania Quilombola; Em Apoio à Defensoria Pública; Em Solidariedade ao Povo Cubano; Em Defesa do Pré-Sal para todos os brasileiros; Em Apoio à Indústria de Máquinas e Equipamentos; e Pela Ampliação e Qualificação das Ferrovias.

Delegado eleito para as quatro Conferências Nacionais das Cidades já realizadas, Carrion faz parte pela quarta vez do Conselho das Cidades – onde atualmente representa a União

Direitos Humanos e Segurança Urbana.

Em 2006, Carrion foi eleito deputado estadual pelo PCdoB, com quase 42 mil votos, sendo reeleito em 2010. Como deputado, Carrion já foi membro titular

Nacional de Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE). Já compôs seus Comitês Técnicos de Mobilidade Urbana, de Planejamento Territorial Urbano e faz parte, atualmente, de seu Comitê Técnico de Habitação. Também é membro titular do Conselho Estadual das Cidades – desde sua criação em 2004 – e preside a Secretaria Especial das Cidades da UNALE. Foi o primeiro coordenador no Rio Grande do Sul da “Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana” e faz parte hoje da Comissão organizadora da 5ª Conferência Nacional das Cidades..

Como deputado estadual, Carrion já aprovou 38 projetos – entre os quais a Lei que estendeu para todo o Rio Grande do Sul a meia-entrada para estudantes nas atividades culturais e esportivas; o Estatuto Estadual da Igualdade Racial; a Assistência Técnica Gratuita para Projeto e Construção de Habitações de Interesse Social; a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural Afro-brasileiro; Cotas para PPDs em estágios nos órgãos estaduais; Patrimônio Histórico Imaterial; Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino; Regime Especial para o atendimento para as mulheres vítimas de violência; Prêmio Zumbi dos Palmares;



Política Estadual de Inclusão Digital; Dia Estadual contra a Homofobia; Semana Estadual do Hip Hop e Semana de Prevenção do Câncer de Próstata.

Carrion tem em tramitação outros 26 projetos, entre os quais o Estatuto da Juventude; o que cria um Fundo para o Pré-Sal – destinando 75% para educação e 25% para saúde; o que proíbe o corte de Água e de Luz aos Desempregados; o que cria cotas para indígenas nos concursos públicos; o que cria cotas para negros e indígenas na UERGS; o que garante o acesso aos Serviços Públicos Essenciais aos cidadãos que vivem em áreas irregulares consolidadas; e o que determina a colocação do nome do passageiro nas passagens intermunicipais.

Militante por muitos anos do movimento comunitário, Raul Carrion já foi vice-Presidente da Associação de Moradores do Jardim Ipiranga, Presidente da Associação de Moradores do Centro de Porto Alegre e duas vezes Presidente do Conselho Deliberativo da UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre). É fundador do Movimento dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Rio Grande do Sul (MEPPP-RS) e presidente, por três vezes, do seu Conselho Deliberativo. Faz parte do Conselho Consultivo do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta Pela Paz (CEBRAPAZ).

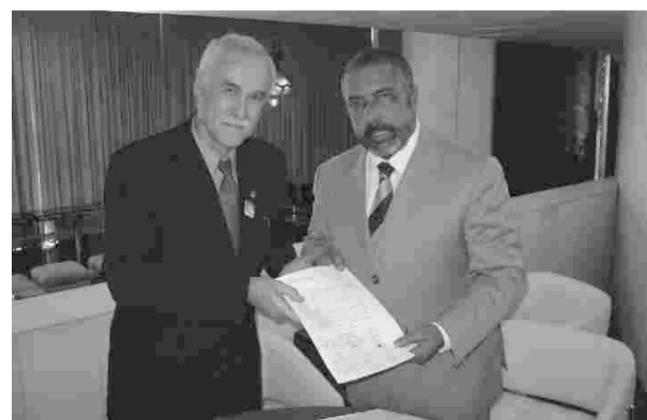
Atualmente, Raul Carrion é Presidente do PCdoB-RS e Líder do partido na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, além de membro do Comitê Estadual e do Comitê Municipal de Porto Alegre.



Como Vereador, ao lado dos comerciários na luta pela não abertura do comércio aos domingos.



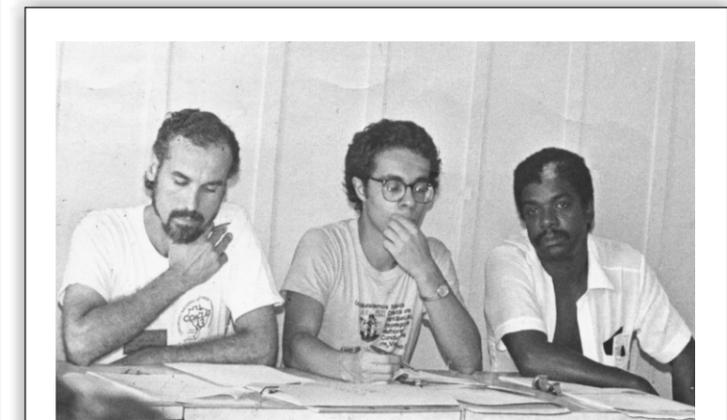
Como Deputado Estadual com o Ministro das Cidades. A reforma urbana é uma das marcas do mandato.



Com o Senador Paulo Paim quando do processo de elaboração do Estatuto Estadual da Igualdade Racial.



Falando aos moradores na ocupação do Jardim Leopoldina.



Como metalúrgico, participando do congresso da categoria em 1984.



Em campanha para vereador em 2000.



Em ato em defesa da Palestina, com Jussara Cony.



Durante a campanha eleitoral de 2002 com Jussara Cony.



Em visita a China no final de 2008.